

Castro S. João das Arribas - Aldeia Nova

Mónica Salgado

“(...) não existe paisagem sem um olhar artístico sobre a paisagem; a consciência da beleza da paisagem é o elemento que funda a paisagem.”

A. Antoine

Resumo

A proposta de análise que se pretende apresentar é a observação do Castro S. João das Arribas, sua evolução paisagística e tentativa de interpretação. Trata-se de um sítio arqueológico classificado como monumento nacional desde 1910 (Castro de Aldeia Nova – M.N. Dec. de 16.06.1910).

Por princípio, um castro é a materialidade de uma ocupação, de uma relação com o que existe, existência que se pode tornar num recurso. No caso particular do castro é importante analisar a sua implantação na paisagem, ou como contribui para a paisagem, a sua topografia paisagística, a ação do homem nesse determinado ambiente. A paisagem relaciona-se com a propriedade, com os recursos que ela dispõe, explorados pelo ser humano formando terrenos comuns, privados ou de ninguém. A paisagem marca um território, é um elemento identitário, uma marca territorial. A implantação topográfica do castro; os recursos naturais existentes; a alteração da paisagem pelo homem desde a primeira ocupação da história até aos dias de hoje e seus contornos sociais, culturais, entre outros e a dinâmica paisagística resultante da atividade social do homem e da própria natureza, aspetos que têm de ser averiguados.

Introdução

No presente estudo de caso, a cronologia deste povoado fortificado inicia-se na I Idade do Ferro e no séc. I da presente Era e foi romanizado. Por princípio, os castros implantam-se em áreas altas, como refere RIBEIRO (1987: 35) “*Esta mesma razão presidiu à escolha do sítio: grande número de povoações antigas ergue-se no alto dos montes, em cabeços fáceis de defender, donde se dominam os campos e os caminhos.*” Porém, no caso deste castro tal não sucede, pois o mesmo implanta-se numa zona mais baixa mas sobranceira ao rio Douro. Por isso as questões impõem-se. Devido à escassez de informação pretende-se sobretudo caracterizar, compreender e interpretar o espaço, a paisagem que o envolve e a evolução paisagística que o sítio teve ao longo dos tempos. Pretende-se analisar o meio envolvente ao castro, como o usa, altera e faz evoluir. Existiria um ponto de vigia no ponto mais alto da área envolvente que dominasse a visibilidade do castro e caminhos? De fato, a defesa do povoado fortificado poderia ser relativamente fácil, pela topografia íngreme do espaço e pela planta estrutural do mesmo. Os recursos naturais existentes seriam escassos, existindo ao lado uma nascente e eventualmente, estes povoadores já cultivariam algum tipo de cereal, sendo uma economia agro-pastoril. A análise de solos seria uma importante fonte de informação sobre a flora existente ao longo do tempo no local, análise proveniente de escavações arqueológicas ou estudos geomorfológicos. Hoje, a paisagem é dominada pelo fortuito faunístico. Os campos e caminhos são cercados por muros de pedra, eles próprios construídos com técnicas específicas desta região.



A presente análise do castro recorre às componentes da história ambiental: ecológica *“que se relaciona com os factores de qualificação e quantificação dos recursos, a sua renovação, robustez ou vulnerabilidade”* (AMORIM, 2012/2013); a económica *“que aborda o desenvolvimento tecnológico, produção e consumo de bens e serviços, capital e trabalho, políticas de investimento”* (AMORIM, 2012/2013) e a societária, a qual engloba aspetos demográficos, organizações socio-políticas, valores culturais e religiosos. A paisagem sofre alterações. Tudo depende da dinâmica empreendida pelo homem e como este reage a processos, obstáculos naturais. Ao explorar a paisagem, o homem cria regras, invocando um suporte legal, jurídico para a exploração dos recursos. A paisagem marca um território, é um elemento identitário. A história ambiental permite compreender a história social. A história ambiental assenta na consciência e cidadania global. Esta história ecológica nasce da crise ecológica provocada pelos desastres naturais, pelas desflorestações, pela poluição... Tem como principais elementos a água, a terra, o ar, a energia e a saúde. História ambiental implica a consideração da dimensão sistémica do mundo natural, síntese integradora e plataforma para a multidisciplinidade (social, cultural e natural). Ortega (2007:194) define assim: *“História ecológica é história da biologia, é história da política, dos sistemas legais e da propriedade, da história social e cultural, da história moral. Enquanto história totalizadora é também história local e específica e concreta – globalidade-.* Esta intensa

penetração da dimensão capitalista na abordagem da história ambiental, de radical contemporaneidade, é história política enquanto o surgimento do Estado-Nação supõe uma elaboração teórica da política, dos conflitos político-institucionais. É história do capitalismo enquanto história económica como revolução tecnológica que redesenha as formas de produção e de geração de resíduos à escala global. Mas também é história do capitalismo como história social e cultura ao prestar atenção sobre o crescimento do consumismo, da sociedade de massas – universalização do salário, da vida social convertida em mercadoria monitorizada, da criação de terra e de trabalho como «mercadorias fictícias» seguindo a Polanyi, e do estudo de uma «insatisfação das necessidades» mediante novas pautas de mercadorias de consumo.”

Castro S. João das Arribas

Os castros implantam-se em áreas altas, o mesmo refere RIBEIRO (1987: 35) “*Esta mesma razão presidiu à escolha do sítio: grande número de povoações antigas ergue-se no alto dos montes, em cabeços fáceis de defender, donde se dominam os campos e os caminhos.*” No caso deste castro, tal não sucede, pois o mesmo implanta-se numa zona mais baixa mas sobranceira ao rio Douro. Os recursos naturais existentes seriam escassos, existindo ao lado uma nascente e eventualmente, estes povoadores já cultivariam algum tipo de cereal, sendo uma economia agro-pastoril. A análise de solos seria uma importante fonte de informação sobre a flora existente ao longo do tempo no local, análise proveniente de escavações arqueológicas ou estudos geomorfológicos.

A terra é a principal fonte de rendimento na época do castro S. João das Arribas, pelo que se terá que interpretar a relação desses povos com a mesma, e posteriormente aquando da romanização do espaço e após a mesma, o que ficou, que uso se fez, que relações existiam, existia povoamento, como se processou.

Hoje a paisagem que envolve o castro descreve-se assim: “*Exploração parcelada, propriedade dividida. O segredo destes trabalhos de camponeses, tantas vezes mal compensados por colheitas de baixo rendimento, está na repartição da terra e no amor entranhado que cada família consagra á sua leira. Como expressão geográfica deste individualismo, levantam-se, na extrema das propriedades, sebes, valados ou, mais geralmente, na terra quase sempre pedregosa, muros de pouca altura, que circundam*

campos do mais caprichoso recorte.”(...) O desenho da planta cadastral é, no Mediterrâneo, salvo nalgumas planuras, um «puzzle» complicadíssimo de fragmentos das mais variadas utilizações, a cada passo interrompidos por afloramentos de rocha e troços de mato ou bosque, em solos que não comportam a cultura regular”(RIBEIRO, 1987:11). A paisagem do castro pode ser descrita como orlando Ribeiro a descreve, hoje a maioria dos campos encontram-se abandonados e a paisagem é dominada pelo fortuito faunístico. Os campos e caminhos são cercados por muros de pedra, eles próprios construídos com técnicas específicas desta região. Na maioria dos campos ainda utilizados existem noras, picotas ou pequenos canais de pedra, estruturas de rega dos campos. A paisagem é dominada por afloramentos graníticos e as habitações isoladas de apoio agrícola são erigidas essencialmente com esta. A aldeia mais próxima do castro situa-se a 500 metros aproximadamente do castro, no topo do cume e posteriormente a paisagem é dominada pelo extenso planalto.

É necessário determinar as influências das diversas civilizações, a romana: *“A romanização manifestou-se em todo o território português por uma profunda transformação das paisagens e do modo de viver. Ao povoamento das colinas da época castreja sucedem as «villas» rusticas – isto é, quintas – nas terras baixas, germes de povoação maiores. A telha substitui na cobertura das casas o colmo, a lousa ou o barro, e o ladrilho o chão de terra batida. A economia de montanha, com episódicas culturas de cereais nas encostas e larga utilização de produtos do bosque, cedeu lugar ao aproveitamento intensivo dos bons solos da planura e do vale, com emprego regular do arado de madeira, que ainda se usa.”* (RIBEIRO, 1987: 55). Desenvolveu-se a cultura do trigo, vinha, oliveira, árvores de fruto. São fixados os limites das unidades agrárias, pela necessidade da tributação e assim permanecem durante a alta idade média até à formação das freguesias durante a reconquista. Constroem-se estradas, calçadas, pontes... surgem indústrias novas e algumas renovadas: olarias, forjas, pedreiras, minas, tecelagem. Circulação, comércio, moeda, dinamização dos territórios. Difusão da língua, o latim. Toda uma dinâmica social.

Nesta zona raiana, a maioria dos costumes ainda se mantêm e ainda existe o conceito do *torna-geira*. Esta comunidade rural “*manteve-se nos planaltos e montanhas de Trás-os-Montes graças ao isolamento persistente, à aglomeração exclusiva do povoamento, onde quase todas as aldeias formam freguesia, ao afolhamento bienal (seara/pousio), à organização de «boiadas e vezeiras» de cabras e ovelhas, à imensidão dos monte ou baldios que rodeiam e separam as povoações e há um século constituíam ainda três quartas partes da superfície, onde cada família podia apascentar gado, roçar mato, apanhar lenha e até fazer uma episódica seara de centeio.*” (RIBEIRO, 1987, 62).

O castro S. João das Arribas é um local único quer em termos paisagísticos quer em termos histórico-arqueológico construídos. Já Francisco Sande Lemos (LEMOS, 1993) e Domingos Marcos (MARCOS, 1998) o assinalam nas suas obras como local de importância histórica considerável no nordeste peninsular. O acesso ao Castro S. João das Arribas faz-se por um estradão em terra batida desde Aldeia Nova; Coordenadas Gauss: M-359.475, P-509.600; Carta Militar à escala 1:25000, Fl. 81. Situa-se em meio rural, implantado num esporão virado a SE., a meia encosta, coberto de vegetação rasteira e árvores de pequeno porte (carrasqueira, freixo, carvalho, amendoeira, oliveira, tomilho e escova), sobranceiro ao Rio Douro.

No site dos monumentos nacionais, o castro é assim descrito:

“Este povoado era defendido por duas linhas de muralhas, construídas com silhares graníticos, partidos, assentes em seco, em aparelho irregular; possuem uma espessura máxima de c. de 2,5 m, e defendem o povoado de N. a SO., flanco em que o povoado está ligado à encosta, não apresentando estruturas defensivas no sector SE., sendo estas constituídas pelas arribas, de forte pendor, sobre o Rio Douro. A muralha interna está reforçada, a NE. por um torreão de planta circular, apresentando, nesta zona, uma rampa de entrada. O sistema defensivo é complementado por uma linha defensiva, a SO., assim como poderá ter existido um fosso exterior, actualmente entulhado pelo caminho de acesso à capela”(www.monumentos.pt).

No site do IGESPAR, o local surge assim referenciado:

“Foi na sequência dos esforços envidados pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, primeiro, e da Comissão dos Monumentos Nacionaes e do Conselho Superior de Monumentos Nacionaes, suas criações, num segundo momento, que o "Castro de Aldeia Nova" foi identificado no âmbito de um largo processo de inventariação das, então, denominadas riquezas artisticas e archeologicas do país, da responsabilidade dos respectivos "sócios" e "vogais" correspondentes, numa altura em que se tomava plena consciência da sua relevância, não apenas para a sua perpetuação física, como para o desenvolvimento económico de cada região e localidade, através do incremento turístico, na sua vertente iminentemente cultural. E tal como sucedeu a muitos outros exemplares, quer desta tipologia patrimonial, quer de outros enquadrados nas restantes categorias Civil, Religiosa e Militar, este povoado mereceu a atenção devida dos especialistas da época, ao ser incluído na primeira grande lista de classificações decretada em 1910, a única forma que parecia garantir a sua preservação efectiva. Mas este episódio revelava de igual modo o lugar que os estudos arqueológicos iam paulatinamente auferindo entre nós, ainda que de modo assaz tardio e pontual, quando comparado ao principal cenário cultural europeu neste parâmetro. Localizado numa meia encosta de um esporão sobranceiro ao Rio Douro, o povoado foi erguido



Visualização da encosta desde o Castro S. João das Arribas: caminho de acesso, restos de torre e entrada no mesmo.

durante a Idade do Ferro, à semelhança do que sucede com os restantes exemplares inseridos no conceito generalizado de "cultura castreja" do Noroeste peninsular. E tal como ocorre nestes testemunhos, o sítio foi dotado de um sistema defensivo, essencialmente constituído, neste caso, por duas linhas de muralha construídas com silhares graníticos, irregularmente aparelhados e assentes em seco, ostentando uma espessura máxima de dois metros e meio, aproveitando, no entanto, as condições naturais de defesa presentes no local, nomeadamente através das arribas aí existentes. Além disso, o murallado foi ainda reforçado com a edificação de um torreão de planta circular, junto ao qual foi identificada uma zona de acesso ao interior, originalmente efectuada mediante uma rampa. Transpondo-a, acedia-se à zona habitacional, delimitada pela cinta interna de muralha. Também neste povoado emergem vestígios de uma segunda fase ocupacional, correspondente ao período de ocupação romana do actual território português, bem documentada na presença de inúmeros fragmentos de materiais de construção, como tegulae e imbrices, a atestar, no fundo, o carácter de longa permanência das estruturas então erigidas, ao mesmo tempo que a importância estratégica do local, não apenas em termos defensivos e, por conseguinte, administrativos, como, ainda, ao nível dos recursos cinegéticos, fortemente propiciados pela proximidade do rio Douro, uma das principais vias de comunicação com as regiões circunvizinhas e recurso privilegiado do quotidiano das gentes que o escolheram ao longo dos séculos, senão mesmo milénios. Uma situação que poderá ser mais facilmente compreendida com a descoberta, no sítio, de uma lápide datável do século I d. C., de carácter honorífico, dedicado a um militar de origem indígena, daaemilio bal/aeso signifero a(l)ae as/binina(e) cogn/atio de cen(turia), a par de um número considerável de estelas funerárias romanas, onde os nomes autóctones evidenciam uma forte latinização. A importância factual e simbólica do local não se circunscreveu, porém, à romanização.

Pelo contrário, ocorreu durante a modernidade (e não medievalidade, como acontece noutros casos), numa tentativa de (re)apropriação das memórias que o povoavam, ao mesmo tempo que de sobreposição dos novos poderes

Este castro insere-se na arquitectura residencial e militar da época proto-histórica. Todas as construções empregam como matéria-prima a pedra granítica, abundante na região.

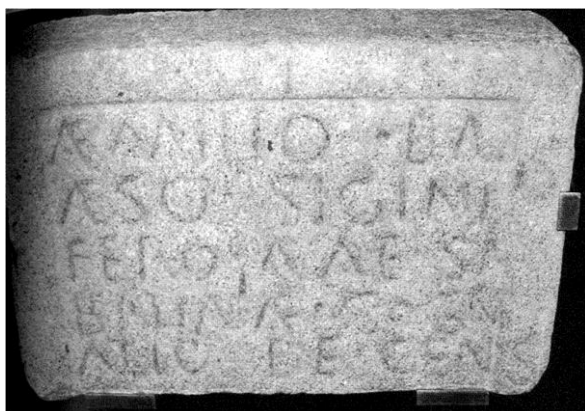
Neste local, e em redor, foram identificados os seguintes vestígios arqueológicos: fragmentos de cerâmica de construção "tegula" e "imbrex"; epígrafes em granito, calcário e mármore, fragmentos de cerâmicas comuns de diversas épocas; conjunto de estelas funerárias romanas, com cabeceira semicircular, decoradas com suásticas ou com "portadas", cuja inscrição evidencia a adopção, por parte dos indígenas, de nomes e cognomes latinos (ALVES, 2000: Tomo IX e X).



Fragmentos de estelas funerárias, identificadas no local.

Atualmente, existe uma réplica de um monumento honorífico (o original achase no Museu Abade de Baçal, em Bragança). Este monumento encontrava-se na parede Oeste da capela S. João das Arribas. Esta lápide honorífica é dedicada a

um cavaleiro, indígena, da Ala Sabininia Aemilio Balaeso, sendo, provavelmente, uma lápide datável de finais do séc. 1 d.C. (Anexo 1).



AEMLIO.BAL

AESO.SIGINI

FERO.A(L)AE.SA

BININAE.CO

NATIO DE CEN(TVRIA)S(OLVIT)

A tradução seria: “A EMILIO BALESO, PORTA-ESTANDARTE DA ALA SABINI[A]NA, A PARENTELA, DA PARTE DA CENTURIA, DEDICA.” Terá sido esta lápide, o motivo pelo qual o castro foi considerado em 1910 MN? (ALVES, 2000: Tomo IX, pp.32. No entanto, a leitura desta lápide é alvo de problemática entre os epigrafistas e os que se dedicam ao estudo deste espólio histórico-arqueológico. Esta lápide fornece informação sobre a organização militar do povo *Zolae*, povo dominador da área transmontana desde a zona raiana ao Douro, parte mais nordeste. Contudo, mesmo a delimitação do espaço deste povo é um assunto de debate científico entre os entendidos. Armando Redentor está actualmente a analisar esta problemática em torno da supramencionada lápide.

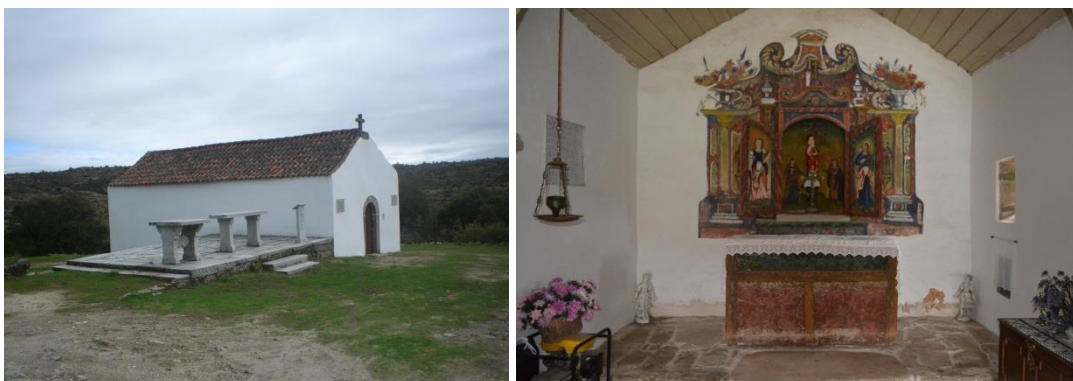
Neste mesmo castro, o Abade de Baçal regista a existência de arte rupestre, nomeadamente a pegada de Nossa Senhora e o desenho de uma mula, no sítio denominado Castelo, junto ao castro. De momento, ainda não foi possível averiguar a sua existência ou não. No que respeita à pegada de Nossa Senhora, existem lendas que divergem. Uma das lendas mencionada é a de que a pegada pertence a um castelhano que retrocedeu a uma invasão e saque de Aldeia Nova em consequência do voto feito pelos moradores às Almas do Purgatório, nas guerras de 1710 (ALVES, 2000: Tomo IX, pp.611).

Segundo fontes orais, regista-se o aparecimento de ossadas em terrenos agrícolas a Oeste do castro, assim como restos de uma calçada.



Vestígios do resto da calçada, selada com sedimentos e alguma vegetação.

No que concerne à capela de S. João das Arribas desconhece-se a data da sua fundação.



Exterior e interior da Capela de S. João das Arribas

Esta capela foi erguida sobre um plataforma artificial e segundo fontes orais da aldeia, existia um muro espesso entre a capela e o muro localizado a Este, erguido á cerca de 60 anos, reutilizando as pedras graníticas do castro e uma grande, com uma cova arredondada de grande dimensão (utilizada em ritual?). No site dos monumentos nacionais, a capela é assim descrita: *“Esta, dedicada a São João, tem planta longitudinal, de corpo único rectangular e massa simples com cobertura em telhado de duas águas. Fachadas rebocadas e caiadas. Fachada principal, virada a S., terminada em empena truncada por cruz latina sobre pedestal prismático, com portal de arco de volta perfeita. Fachada E. rasgada por pequeno janelo rectangular.*

Fachadas N. e O. Cegas “ (www.monumentos.pt). Esta capela terá sido erguida na Época Moderna, tendo mantido o seu culto durante séculos. O dia principal e de comemoração litúrgica do S. João das Arribas, S. João Evangelista é dia 6 de Maio, mas se este dia não coincide com um Domingo, a festa realiza-se sempre no Domingo a seguir. Na segunda metade do Século XIX, esta capela foi reconstruída. No altar denota-se a existência de frescos anteriores aos atuais.

Em 2010 (SALGADO, 2010), foi realizada uma sondagem arqueológica no interior da capela com o propósito de averiguar a existência de um piso antigo e salvaguardar quaisquer vestígios arqueológicos-históricos construídos, pois iam remover o piso atual e implantar um novo, e este, teria posteriormente as mesmas características que o primitivo. Nesta sondagem arqueológica foi possível aferir: um piso antigo, piso inicial da capela; várias sepulturas de lajes; a vala de fundação da capela que corta as sepulturas medievais/modernas; e duas paredes cortadas também pelas sepulturas. Estas duas paredes são as evidências mais antigas encontradas neste castro, datável pelo menos da época romana, devido aos elementos cerâmicos associados.

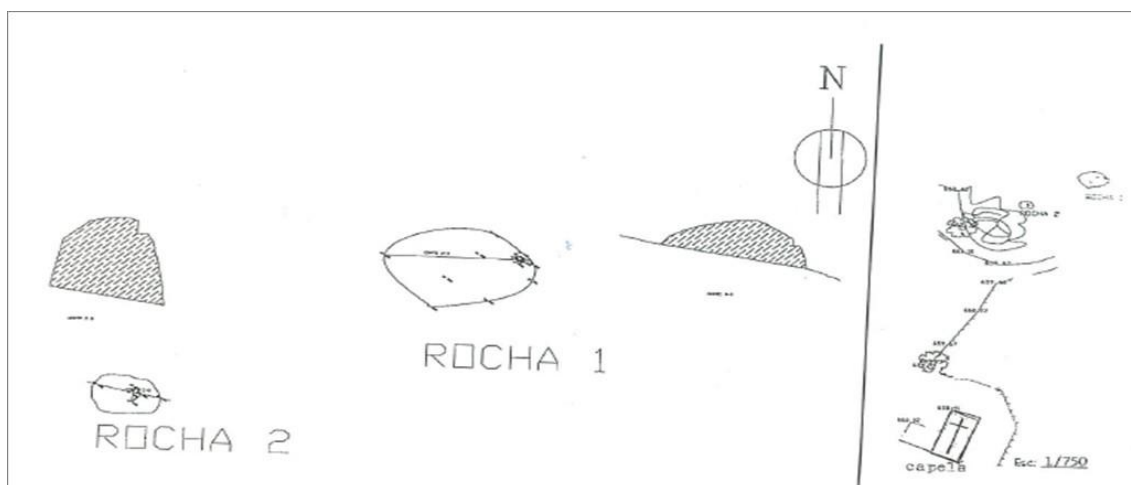


Levantamento final da Sondagem realizada na Capela S. João das Arribas

Segundo Hermínio Bernardo (2003: 455 - 468), e em resultado de uma investigação com colegas da vizinha Espanha, defende a existência de um santuário no castro. Existem rochas com partes rebaixadas em esquadria, tipo escalão e que ambas as rochas/altares estão orientados a Poente. Associa a estas rochas as covinhas circulares existentes em penedos próximos a estas.



Rochas com os declives.



Esquema do “santuário” e sua dispersão, implantação no recinto do castro.

Hermínio Bernardo associa também a outra rocha uma gravura serpentiforme, mas neste caso, penso que se trata apenas de uma deformação natural da rocha. No que concerne aos escalões nas duas rochas existe de fato uma intenção, um motivo, uma funcionalidade, talvez santuário talvez não, contudo é uma hipótese a considerar e a avaliar através da realização de estudos mais aprofundados.

Na área do castro, situa-se uma casa que serviu de esconderijo para o contrabando realizado nos anos da ditadura salazarista na zona raiana assim, como os chibiteros, estruturas importantes para os pastores no que concerne à guarda das ovelhas prenhas e suas crias.

As estruturas do castro também são erigidas com pedra granítica, presente em abundância na área. O relevo de Trás-os-Montes é caracterizado pelas grandes plataformas monótonas ou de suave ondulação, o clima é frio de inverno e quente e seco de verão, onde no Douro, o vale apertado e o xisto favorecem uma temperatura abrasadora, não penetrada pelo aragem oceânica. *“Portugal recebe, em primeira mão, de encontro às suas montanhas do Norte, as chuvas fecundantes. Quando estas massas de ar, vindas do Atlântico carregadas de humidade, ultrapassam as montanhas, perderam por condensação boa parte do vapor de água que transportavam. Daí o contraste, muito forte, como se verá, entre a zona oceânica e as terras interiores, «trasmontanas», subtraídas à directa influência do mar”* (RIBEIRO, 2011:67). Trata-se de uma zona com características mais mediterrânicas. O manto vegetal mediterrâneo - domínio das espécies na fisionomia da paisagem, árvores e arbustos de folhas sempre verdes *Quercus-* (sobreiro, azinheira, carrasco), pinheiro manso, o medronheiro, o loureiro, a urze branca, o lentisco, a aroeira, o aderno, a gilbardeira, o rododendro, o loendro, a esteva; o grupo do alecrim, alfazema, tomilhos; amendoeira, figueira, alfarrobeira, oliveira, laranjeira, o carvalho. Coexistência dos *maquis* - charnecas, matos, matagal. *“Ligada aos solos pobres e delgados de xisto, a associação da esteva constitui uma ilha nas terras baixas transmontanas (...)”*(RIBEIRO, 2011:78) e *“na região interior do Norte (Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Transmontana), abaixo dos planaltos da «Terra Fria» com matas de carvalhos e castanheiros, domina uma bela flora mediterrânea cultivada: é a «Terra Quente» dos afluentes orientais do Douro, com sobreiros, oliveiras, laranjeiras, figueiras e amendoeiras”* (RIBEIRO, 2011:81). Orlando Ribeiro salienta o papel dos celtas na agricultura do Norte *“O que deve aos celtas a economia dos nossos campos do Norte? Qual era a vida material dos lígures que, com vária fortuna, aparecem e se ocultam nos alvores da proto-história mediterrânea? Que relações há entre os habitantes pré-romanos da Península e da Mauritânia e os seus modos de possuir e trabalhar a terra?”* (RIBEIRO, 2011: 90). retrata aqui as influências dos povos castrejos na economia agrária que se faz sentir ao longo dos tempos nesta região transmontana.

Desde a época romana à Baixa Idade Média existiu a *Aldeia Velha*, local definido pelos habitantes de Aldeia Nova? Terá existido naquele espaço a denominada *Aldeia Velha*? No que concerne à implantação da capela no recinto do castro na Época Moderna, qual a data precisa, o porquê naquele espaço em particular, relação do sítio com a comunidade. Castros, povoamento e o culto estão associados e não podem ser analisados separadamente. MARTINS, (1991) refere que não se conhece o papel dos castros na estrutura do povoamento medieval, apesar de muitos persistirem como aglomerados de população rural. Muitos castros abandonados no século I foram repovoados a partir do século IV, sobrevivendo muitos até à Baixa Idade Média. Alguns aldeamentos foram formados com base em castros, originando que investigadores relacionem castro e freguesia e os arqueólogos da Galiza acham uma equivalência direta entre o castro e a paróquia medievá. Não se pode generalizar os termos villa/aldeia; templo pagão/*oratorium*; capela funerária/igreja paroquial, típica dos historiadores do séc. XIX. A evolução é mais complexa e diversificada. Neste caso particular, tem que se avaliar a evolução e compreender a estruturação do espaço. A reutilização do local como espaço sagrado e assim compreender o orago e a devoção para com este dessa comunidade na época moderna.

A classificação do castro S. João das Arribas como Monumento Nacional em 1910, numa época em que o património e o seu conceito já tinham evoluído muito e ganho conotações mais globais, onde a identidade e a memória iam assumindo uma relevância maior, mas ainda sem estes termos por nós hoje compreendidos, o porquê de tal classificação. Entre 1820 e 1960 consagra-se o monumento histórico, devido aos avanços técnicos das ciências físicas e químicas, da arqueologia e da história de arte e à reflexão britânica. A era industrial, o Romantismo e outros fatores contribuem para uma reformulação do monumento histórico e seus valores. Os valores de sensibilidade e conotação universal são abordados pela primeira vez. A revolução industrial acelera o processo legislativo de proteção. No século XIX, a partir dos anos 20, é atribuído ao monumento histórico um caráter insubstituível, uma perda irremediável, o valor da devoção, da memória, passado observável como parte integrante na

construção identitária do indivíduo. O monumento histórico é observável como parte integrante de uma comunidade, assume valor universal. E, é neste contexto, que o castro se assume como Monumento Nacional, importando compreender o porquê dessa classificação, motivos, interesses, intenções, memórias de que comunidade.

O presente trabalho aborda e coloca sobretudo questões que me proponho investigar para elaboração final da minha tese no âmbito do mestrado em História e Património, Estudos Locais e Regionais – Construção de memórias.



Visualização a vermelho de Aldeia Nova e a verde o Castro S. João das Arribas.

1. Bibliografia

ALARCÃO, J. DE (1980), O problema da Origem e da Sobrevivência das *Villae Romanas* do Norte do País, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. III, Guimarães, pp. 171-179.

ALMEIDA, C. A. F. de (1980), A paróquia e o seu território, *Cadernos do Noroeste*, Braga, pp. 113-130.

ALVES, Francisco Manuel (2000), *Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança*, Câmara Municipal de Bragança, Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal.

AMORIM, Inês (2012/2013), *Apontamentos da unidade curricular Estruturas socioeconómicas*, Faculdade de Letras do Porto, Porto.

ANTOINE, A. (2000), *Le paysage de l'historien. Archéologie des bocages de l'Ouest de la France à l'époque moderne*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes, pp. 7-16; 45-70; 229-231.

BERNARDO, H. A. (1989), *Povoados castrejos portugueses e espanhóis da Bacia do Douro Internacional*. Bragança. Brigantia. Vol. 9, n.º 1, p.25-27.

BOUHIER, A. (1979), *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*, La Roche-Suryon, Vendée.

CAPELA, J. V. (2007), *As freguesias do Distrito de Bragança nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*, Universidade do Minho. Braga.

CRIADO BOADO, F. (1989), Asentamiento megalítico e asentamiento castreno: una proposta de síntesis, *Gallaecia*, 11, pp. 109-138.

ESPARZA ARROYO, A. (1987), *Los castros de la Edad del Hierro del Noroeste de Zamora*. Zamora: Instit. De Estudios Zamoranos Florian de Ocampo.

FERNANDES, Hironidino da Paixão, (1996), *Bibliografia do Distrito de Bragança, Série Documentos, Documentos (textos) publicados 569-1950*, Tomo I, Instituto Superior Politécnico de Bragança, Câmara Municipal de Bragança, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança, Bragança. .

LEMOS, F. S. (1993), *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, dissert. de doutoramento, polic., vol. Ila, Universidade do Minho, Braga, p. 202 - 206.

LOPO, A. S. P. (1987), *Apontamentos Arqueológicos*. Braga: I. P. P. C. Ed. Póstuma.

MARCOS, D. S. (1998), *Catálogo dos monumentos e sítios arqueológicos do Planalto Mirandês (Romanização)*. Bragança, *Brigantia*, 18:1-2, p. 2-111.

MARTINS, M. (1991), *As Vilas do Norte de Portugal*, *Revista de Guimarães*, Vol.º 102, 1992, pp. 391-410.

MATTOSO, J. (1984), *A História das Paróquias em Portugal, Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Temas Portugueses, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, pp. 17-56.

MATTOSO, J. (dir.) (1988), *História de Portugal*. Vol. I - «Antes de Portugal». Ed. Estampa.

MOURINHO, A. M. (1980), *Roma na Terra de Miranda*. «Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular» Guimarães, 7-9 de Junho de 1979: actas, vol. 2. *Revista de Guimarães*, p.93-106.

MOURINHO, A. M. (1998), *Epigrafia Latina Aparecida Entre Sabor e Douro desde o Falecimento do Abade de Baçal*, Bragança, *Brigantia*, 7, p. 104 - 105 e 120.

ORTEGA SANTOS, Antonio, (2007), *História ecológica: sociedades humanas y meio ambiente como sujetos del proceso histórico*. ORTEGA LÓPEZ, Teresa María, org., *Por una Historia Global. El debate historiográfico en los últimos tempos*, Editorial Universidad de Granada, Granada, pp.191-230.

RESENDE, N. (2011), *Fervor & Devoção: Património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro. Séculos XVI a XVIII*. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa orientada pela Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

REY, Luis Benito del; BERNARDO, Hermínio Augusto e RODRIGUEZ, Marciano Sanchez (2003), *Santuários Rupestres Pré-Históricos em Miranda do Douro, Zamora e Salamanca*. Tupalto. Miranda do Douro.

RIBEIRO, O. (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 5ª ed, Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa.

SALGADO, M. (2013), *O Castro S. João das Arribas. Trabalho elaborado no âmbito da Unidade Curricular Estruturas Sócioeconómicas*, Faculdade de Letras do Porto, Porto.

SAMPAIO, A. (1979), *As vilas do Norte de Portugal*, Lisboa. Veja.

Endereços electrónicos:

www.igespar.pt

www.monumentos.pt

<http://www.bing.com/maps/>